

## **INSEGURANÇA ALIMENTAR E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O PORQUÊ DO BRASIL PRODUZIR TANTO ALIMENTO E A POPULAÇÃO AINDA PASSAR FOME<sup>1</sup>**

Bruna Beatriz Romero Garcia<sup>2</sup>

Patricia Martinez Almeida<sup>3</sup>

Heitor Romero Marques<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho discorreu acerca do papel do agronegócio frente à problemática da insegurança alimentar, e teve como objetivo propiciar a explanação acerca da relevância da Agricultura Familiar no enfrentamento à vulnerabilidade da insegurança alimentar. A pesquisa se justificou porque a produção agropecuária brasileira, atualmente, seria capaz de alimentar toda a população do país, no entanto, mesmo que haja produção de alimento suficiente, não existe a devida distribuição, apenas exportação visando lucro, consubstanciando em falta de efetivação dos direitos, não da falta da existência. Para tanto, o estudo foi pautado nos métodos de abordagem seguindo a tendência empírico-analítico de natureza básica, sendo adotado o método analítico-sintético e dedutivo. A abordagem empregada foi a qualitativa, bem como, com o intuito de alcançar os objetivos supra e realizar a análise do conteúdo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica integrativa. Como hipótese inicial defendeu-se a importância da valorização da agricultura familiar para combater gradualmente a insegurança alimentar que assola o país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Insegurança alimentar; Agronegócio; Desenvolvimento.

**ABSTRACT:** The present work discussed the role of agribusiness in facing the problem of food insecurity, and aimed to provide an explanation about the relevance of Family Farming in facing the vulnerability of food insecurity. The research was justified because Brazilian agricultural production, currently, would be capable of feeding the entire population of the country, however, even if there is sufficient food production, there is no proper distribution, only exportation aimed at profit, resulting in a lack of implementation of rights, not the lack of existence. To this end, the study was based on approach methods following the empirical-analytical trend of a basic nature, with the analytical-synthetic and deductive method being adopted. The approach used was qualitative, and, in order to achieve the above objectives and carry out content analysis, integrative bibliographic research was used.

---

1 Artigo científico apresentado à banca examinadora da Faculdade de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação temática da Professora Doutora Patricia Martinez Almeida e orientação metodológica do Professor Doutor Heitor Romero Marques, como requisito parcial para obtenção de grau em bacharel em Direito no ano de 2024.

2 Bruna Beatriz Romero Garcia, graduanda em Direito, pela Universidade Católica Dom Bosco, <http://lattes.cnpq.br/0555000479157194>, [ra181892@ucdb.br](mailto:ra181892@ucdb.br).

3 Doutora em Direito do Estado pelo Programa de Doutorado Interinstitucional Universidade de São Paulo – USP em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Mestre em Direito pelo Programa de Mestrado em Direito da Universidade Nove de Julho, especialista em Direito Constitucional com ênfase em Direitos Humanos pelo Centro de Pós-Graduação UNINOVE. Professora de Direito Civil na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Advogada.

4 Doutor em Desarrollo Local Y Planificación Territorial pela Universidad Complutense de Madrid. Mestre em Educação Formação de Professores pela Universidade Católica Dom Bosco. Especialização em Filosofia e História da Educação pela FUCMT. Professor na Universidade Católica Dom Bosco.

As an initial hypothesis, the importance of valuing family farming was defended to gradually combat the food insecurity that is plaguing the country.

**KEYWORDS:** Food insecurity; Agribusiness; Development.

## 1 INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade da insegurança alimentar é revés presente no cotidiano brasileiro desde outrora. Foram criados projetos com o objetivo de erradicar este infortúnio, como por exemplo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006, que representou progresso na efetivação da garantia deste direito, porém, a criação desta norma legal, por si só, não garante a Segurança Alimentar e Nutricional.

O trabalho irá explorar os grupos sociais mais atingidos pela situação de vulnerabilidade alimentar, em sua maioria indicando como responsáveis pela situação, a produção capitalista, e como sujeito mais prejudicado, no geral, mulheres negras de baixa renda e baixa escolaridade.

É destacada, de forma reiterada, a relação entre a produção e distribuição de commodities, com a insegurança alimentar vivenciada tanto pela população do campo quanto urbana, evidenciando questões socioeconômicas e culturais que sucederam em tais infortúnios.

A situação alimentar no Brasil tem regredido com o passar dos anos, e a população sofre com as consequências, vivendo em situação de vulnerabilidade por meio da insegurança alimentar. Porém, não é toda a sociedade brasileira que enfrenta essa mesma realidade, ela atinge grupos específicos de pessoas marginalizadas socialmente. Uma das formas que os cidadãos brasileiros encontraram para enfrentar as dificuldades da falta de distribuição igualitária de renda e consequentemente, alimentos, foi a prática da agricultura familiar, que permite ao agricultor sustentar a si e sua família através daquilo que eles mesmos produzem.

A agricultura familiar é de extrema importância não apenas para as pessoas que vivem na zona rural, pois os efeitos desse trabalho têm relevância em todo território brasileiro. A produção desenvolvida por essas pessoas é responsável por alimentar grande parte do país. Por isso, é de tamanha importância que seja valorizada e haja investimentos, para que por meio dela, problemas sociais que o Brasil enfrenta, como a insegurança alimentar, possam aos poucos começar a ser sanados.

Partindo da premissa que se trata de uma questão da falta de efetivação dos direitos, não da falta da existência, serão objetivos do presente trabalho, analisar a relevância da Agricultura

Familiar no combate à vulnerabilidade da insegurança alimentar, pautado na efetivação da garantia do Direito ao Desenvolvimento como Direito Humano.

O objetivo geral deste trabalho será promover a elucidação acerca da relevância da Agricultura Familiar no combate à vulnerabilidade da insegurança alimentar, pautado na efetivação da garantia do Direito ao Desenvolvimento como Direito Humano, assim como evidenciar o papel do agronegócio frente à problemática. Para isso, será necessário: evidenciar o problema da vulnerabilidade da insegurança alimentar no Brasil, explanar sobre agricultura familiar e sua relevância no cenário atual brasileiro, e mostrar a realidade sobre o desempenho da produção agropecuária no que tange à segurança alimentar dos brasileiros.

A presente pesquisa se justificará a partir da análise do desenvolvimento alimentar da população brasileira ao longo dos anos, expondo as mudanças no acesso da sociedade à alimentação nutritiva e suficiente, demonstrando a problemática, seus motivos e sua possível solução.

A hipótese inicial da pesquisa baseia-se no fato do agronegócio brasileiro ser um dos que mais exporta alimento no mundo, enquanto a população brasileira, em números alarmantes, se encontra em situação de vulnerabilidade social, sendo atingidos no tocando de sua alimentação saudável e adequada.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi baseada nos métodos de abordagem seguindo a tendência empírico-analítico de natureza básica, sendo adotado o método analítico-sintético e dedutivo. A abordagem empregada foi a qualitativa, bem como, com o intuito de alcançar os objetivos supra e realizar a análise do conteúdo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica integrativa. Para tanto, no item 1 será abordado o problema da vulnerabilidade e a insegurança alimentar no Brasil, para entender o estado da arte sobre o tema. Já no item 2 será avaliada a relevância da agricultura familiar no cenário brasileiro e no item 3 será analisado o desempenho da produção agropecuária no Brasil com o intuito de compreender porque a população brasileira continua em situação de vulnerabilidade alimentar, mesmo o agronegócio produzindo tanto alimento no Brasil.

## **2 O PROBLEMA DA VULNERABILIDADE E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL**

Com base no artigo 6 da Constituição Federal do Brasil de 1988, pode-se extrair que cada indivíduo tem direito expresso ao acesso físico e econômico à alimentação, ou aos meios para obter o alimento, de forma regular, adequada, saudável, e suficiente, sem que outros recursos sejam prejudicados para isso.

Desta forma, é explícito que uma pessoa deve conseguir se alimentar decentemente sem que isso comprometa outras áreas de sua vida, como saúde e educação, e vice-versa, por serem ambos direitos fundamentais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 64, a alimentação foi inserida no rol dos Direitos Sociais, exposto no artigo 6 da Constituição Federal de 1988. Com isso, acontece a materialização de conceito tão importante, impondo responsabilidade ao Estado para a efetivação da alimentação adequada, segura e nutritiva para toda a população.

Atualmente no Brasil, segundo o IBGE, cerca de 64 milhões de brasileiros vivem em situação de insegurança alimentar. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO – Food and Agriculture Organization) define a insegurança alimentar como a falta do acesso físico, social e econômico à alimentação segura, suficiente e nutritiva como necessário para atender preferências e necessidades alimentares para se obter uma vida saudável.

Essa é a definição de segurança alimentar segundo a Organização para alimentação e agricultura. É de extrema importância que o suporte na alimentação da população aconteça desde a fabricação, transporte, comercialização, e consumo, pois todos esses fatores implicam em consequências na vida das pessoas e no planeta. Impactando o bem-estar social e meio-ambiente.

A problemática da insegurança alimentar no Brasil forma um paradoxo, vez que, no país, existe uma alta produção de alimentos, porém uma distribuição insuficiente. Nessa conta deve-se adicionar também o fator desperdício, entre outros.



Mesmo com os altos índices do país, já apontados anteriormente, o número de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar no Brasil ainda é espantoso. Diante do exposto, a questão que fica é – como diante de tamanha produção, a população ainda passa fome

A resposta para essa questão é tão complexa quanto o problema em si, envolvendo nas respostas de especialistas, fatores conjunturais como as consequências da pandemia de covid-19, conflitos geopolíticos, e a inflação presente em todos os países de economia globalizada.

Porém, existem também outras questões em evidência, problemas estruturais como desigualdades sociais, efeitos decorrentes de mudanças climáticas, além de perdas e desperdício na produção e no consumo de alimentos.

De acordo com dados obtidos através do Programa de Meio Ambiente da ONU, cerca de 17% dos alimentos produzidos em 2021 foram perdidos ou desperdiçados. Esse movimento leva ao desperdício de recursos valiosos da natureza e aumento das emissões de gases do efeito estufa, responsáveis pelo processo de mudança climática que temos vivenciado.

O combate à fome necessita ser levado com seriedade, como um desafio de extrema relevância e urgência, pois trata-se do coletivo. A junção de abundância e escassez é inadmissível nesse cenário.

Em razão de o ser humano ser a fonte de todos os valores perpetuados pela humanidade, não existe nada mais importante para se proteger do que sua dignidade individual. A partir desse insight, se dá a atuação do princípio da dignidade da pessoa humana no ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; [...]

O Princípio da dignidade da pessoa humana é visto como pilar do Estado Democrático de Direito, sendo base para a aplicação do direito nos países democráticos ao redor do globo. Ele tem por objetivo, representar os valores inerentes à moralidade de cada indivíduo, em uma visão profunda e ao mesmo tempo abstrata do ser humano.

Tal Princípio tem o propósito de trazer aos casos concretos, uma análise do ser humano como indivíduo autônomo de forma integral, trazer esse vislumbre ao julgador enquanto a pessoa em questão se encontra em uma situação que necessita de intervenção jurídica.

A situação apresentada neste trabalho é uma clara violação do princípio da dignidade da pessoa humana, e de acordo com sua importância demonstrada, é inadmissível tal situação em nosso ordenamento jurídico, que afeta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

O Princípio supracitado, por seu caráter de princípio fundamental na Constituição Federal do Brasil, eleva-se à uma dimensão una e ampla, sendo reconhecido em todo o ordenamento jurídico brasileira, e amparado pela legislação.

Como forma de efetivar socialmente a política de segurança alimentar, foi sancionada em 2006, a Lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, Lei 11.326/2006. Ela foi trazida ao ordenamento jurídico como uma forma estratégica para transformar o cenário político-jurídico da segurança alimentar brasileira.

A Lei nº11.346/06, enquadrando o direito à alimentação no Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo concebido por uma espécie de parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para juntos implementarem políticas e ações, assim como promover o acompanhamento e manutenção da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Em seu texto, é possível extrair normas acerca de vários temas que fazem parte do contexto da segurança alimentar, assim como de uma vida decente para os cidadãos, discorrendo sobre as temáticas de saneamento básico, aleitamento materno, controle de qualidade dos alimentos, produção, consumo e sistema único de saúde.

Com as mudanças na liderança do governo, os últimos anos foram de transformações, após muitas mudanças que afetaram diretamente a população e seu bem-estar. O País que havia saído do mapa da fome em 2014, infelizmente voltou no ano de 2022.

Muitos são os motivos que acarretaram esse acontecimento, o mundo passou por uma pandemia global que influenciou na vida de todos, principalmente daqueles que antes mesmo da pandemia do COVID-19 já enfrentavam dificuldades em seu desenvolvimento.

As pessoas dos grupos de maior vulnerabilidade social foram os mais atingidos pela pandemia e consequentemente foram afetados em questões de manutenção básica da existência. Porém, uma política pautada na ciência para tomar suas decisões, assim como trouxesse a atenção devida aos grupos hipossuficientes, poderia ter evitado parcela das mortes nesse período.

A Lei nº 14.828/24, que foi sancionada dia 20 de março irá versar sobre a ampliação do planejamento e execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e

empreendimento familiares rurais. Ampliação essa devida e esperada, pois uma das mais importantes mudanças necessárias para que a distribuição de alimento no Brasil aconteça corretamente, é a implementação de políticas voltadas aos pequenos produtores rurais, responsáveis pela alimentação do cotidiano brasileiro.

É destacada, de forma reiterada, a relação entre a produção e distribuição de commodities, com a insegurança alimentar vivenciada tanto pela população do campo quanto urbana, evidenciando questões socioeconômicas e culturais que sucederam em tais infortúnios.

Os dados sobre a insegurança alimentar, especialmente quando consideramos a escala que inclui tanto a fome quanto a falta de acesso estável a alimentos suficientes ao longo do ano, são alarmantes. Globalmente, quase 2 bilhões de pessoas enfrentam esse problema, de acordo com a FAO et al. (2019).

No contexto brasileiro, apesar dos avanços nas últimas décadas, com reduções significativas nas taxas de desnutrição e subalimentação, os números recentes apontam para uma reversão preocupante dessa tendência. Entre 1990 e 2014, houve uma redução substancial no número de brasileiros considerados desnutridos, o que culminou na saída do país do mapa da fome divulgado pela ONU. No entanto, desde então, parece ter havido um retrocesso nesse progresso, como indicam os dados sobre a prevalência da insegurança alimentar.

Essa situação reforça a complexidade e a persistência dos desafios relacionados à garantia do direito à alimentação adequada e à erradicação da fome. Evidencia-se a necessidade contínua de políticas públicas eficazes e de esforços coordenados para enfrentar as causas estruturais da pobreza e da insegurança alimentar, visando assegurar o acesso universal a alimentos nutritivos e suficientes para toda a população.

Esses dados recentes evidenciam que os problemas de pobreza e fome não foram completamente resolvidos e, na verdade, estão apresentando uma tendência preocupante de aumento nos últimos anos. A partir de 2016, tanto os dados da FAO quanto do IBGE indicam um crescimento no número de pessoas em situação de pobreza e, por consequência, em risco de fome e má nutrição.

A estimativa da FAO aponta para um aumento significativo no número de brasileiros em situação de fome, chegando a 5,2 milhões em 2017. Além disso, os dados do IBGE revelam um aumento na taxa de pobreza, com dois milhões de pessoas adicionais vivendo abaixo da linha de pobreza em 2017 em comparação com o ano anterior.

Essa reversão na tendência positiva observada até 2014 indica que os problemas estruturais relacionados à pobreza, desigualdade e acesso adequado aos alimentos não foram devidamente enfrentados e continuam a representar desafios significativos para o país. Essa análise reforça a necessidade de políticas e ações efetivas para lidar com essas questões e garantir o acesso universal aos direitos básicos, incluindo alimentação adequada e condições de vida dignas para toda a população.

Os dados destacados demonstram uma correlação significativa entre a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade social e a saída do país do Mapa da Fome da ONU em 2014. Isso sugere que há uma relação intrínseca entre esses três fenômenos, indicando que a fome, a pobreza e a desigualdade tendem a estar interligadas e a se influenciarem mutuamente.

As afirmações trazidas pelos dados estatísticos também apontam para a ideia de que esses problemas sociais podem se intensificar ou diminuir em conjunto, ainda que não necessariamente na mesma proporção. Isso sugere uma interdependência entre esses fatores, onde mudanças em um deles podem afetar os outros.

Além disso, destaca-se que variações nos indicadores de pobreza, desigualdade e fome muitas vezes coincidem com grandes ciclos políticos no país, indicando a influência das políticas governamentais e da estrutura socioeconômica na evolução desses problemas.

Em suma, é explícita a complexidade das relações entre pobreza, desigualdade e fome, destacando sua interdependência e a influência de fatores políticos e socioeconômicos em sua evolução.

No próximo tópico será explorada a importância da agricultura familiar no cenário atual brasileiro.

### **3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELEVÂNCIA NO CENÁRIO ATUAL BRASILEIRO**

A definição legal de agricultura familiar, conforme estabelecida pela Lei nº 11.326/2006, baseia-se na gestão e no trabalho realizado por membros da própria família no estabelecimento agrícola, desde que esse estabelecimento não ultrapasse determinado tamanho, medido em módulos fiscais, que são unidades territoriais definidas de acordo com a predominância dos tipos de exploração e renda obtida em escala municipal.



A crítica levantada em relação à concepção do agronegócio como uma totalidade abrange questões mais amplas sobre a estrutura socioeconômica e as relações de poder no campo. Ao definir todos os agricultores simplesmente como agricultores, sem distinguir entre agricultores familiares e capitalistas, argumenta-se que essa abordagem ignora as diferenças fundamentais existentes entre esses grupos e as relações de poder que produzem desigualdades sociais e econômicas.

Essa visão destaca a importância de reconhecer e abordar as disparidades socioeconômicas e as diferentes realidades vivenciadas pelos agricultores familiares e pelos agricultores capitalistas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído pela Resolução nº 2.191/1995, defende essa perspectiva, muitas vezes destacando a impossibilidade de separar os agricultores em categorias puramente familiares ou capitalistas, apontando para a complexidade das relações de produção e as influências do contexto econômico, político e social no campo.

A superação da insegurança alimentar se encontra intrinsecamente relacionada à transformação dos nossos sistemas alimentares, que integrem a agricultura com a nutrição, encarada pela FAO e OPAS (2017) como uma das medidas necessárias dentro do desafio que significará, ao longo dos próximos 15 anos, a erradicação da fome e da desnutrição na América Latina e no Caribe.

A insegurança alimentar está intrinsecamente relacionada às desigualdades sociais e tem como um de seus geradores a pobreza, que também tem sido crescente em nosso país, nos últimos anos, como aponta a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2020), entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%.

Os alimentos que são necessários para a manutenção da segurança alimentar da população são, em sua maioria, fabricados através da agricultura familiar, produtores menores voltados ao mercado interno.

Esses produtores não são privilegiados, pois sofrem com as políticas de financiamento no Brasil que favorecem mais a produção de *commodities*, assim como a produção de alimentos depende do ambiente, podendo ser prejudicada pelas condições climáticas.

A produção de alimentos, em especial da carne vermelha, causa alteração no meio-ambiente. A própria produção, transporte e consumo dos alimentos pode prejudicar a segurança

alimentar, via alteração que causa no meio-ambiente, principalmente pelo efeito cumulativo do aquecimento global.

Esse impacto é pior ainda para os pequenos produtores, que são mais atingidos pela insegurança alimentar, aumentando o valor da comida. Mesmo carnes como de porcos ou aves, também causam maior impacto do que a fabricação de vegetais.

Isso acontece pelos recursos utilizados na fabricação de cada um dos alimentos. A criação do gado gera gases estufa como metano, por causa da fermentação dos alimentos nos estômagos dos ruminantes. O gado é o maior gerador de gases do efeito estufa. A carne bovina é o maior fator impactante no meio-ambiente, segundo relatório sobre clima da ONU, elaborado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Atualmente, no mundo, há alimento suficiente para alimentar toda a população, com dieta saudável e equilibrada. Para cumprir as metas dos objetivos sustentáveis da agenda 2030 da ONU, para acabar com a fome, não seria necessário aumentar a produção agrícola nem em 50% até 2050.

O Brasil se comprometeu com os dois objetivos da ONU<sup>5</sup>, erradicar pobreza e acabar com a fome, porém, regrediu nas duas metas. Enquanto bate recordes de lucro de alimento. Com a atual produção de alimento no Brasil, a fome é uma questão de distribuição de alimentos, e não a falta deles.

Em 2014, Brasil havia saído do mapa da fome, porém, voltou. A importância do desenvolvimento da população irá erradicar a fome.

No próximo tópico será discorrido sobre a correlação entre a produção agropecuária e a insegurança alimentar dos brasileiros.

#### **4 O DESEMPENHO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DOS BRASILEIROS**

O Brasil é um dos países que mais exporta alimento no mundo. Sendo o responsável pela alimentação de milhões de pessoas ao redor do globo, exceto de seu próprio povo. Os dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais/sociais revelam

---

<sup>5</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU são um plano global composto por 17 objetivos (ODS) e 169 metas para que os 193 países signatários alcancem o desenvolvimento sustentável até 2030.

#### APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

o impressionante desempenho do agronegócio brasileiro em 2023, com um superávit acumulado de US\$ 148,58 bilhões e exportações atingindo US\$ 166,55 bilhões, um recorde para o setor.

Esse resultado representa um aumento significativo em relação ao ano anterior, impulsionado principalmente pelo aumento na quantidade exportada de grãos e a expansão de outros produtos como carnes, açúcar, sucos, frutas e couros (Ministério da Agricultura e Pecuária, 2024).

Depreende-se, portanto, que o agronegócio brasileiro continua desempenhando um papel crucial na pauta exportadora do país, responsável por quase metade das exportações totais em 2023, com uma participação de 49%. Esse aumento na participação do agronegócio nas exportações reflete sua importância crescente na economia brasileira.

Os setores que mais contribuíram para esse desempenho foram o complexo soja, o complexo sucroalcooleiro e os cereais, farinhas e preparações, juntamente com os sucos. Esses resultados destacam a diversidade e a competitividade do agronegócio brasileiro nos mercados internacionais.

No entanto, é importante considerar os impactos socioambientais e as questões relacionadas à sustentabilidade que podem surgir com o aumento da produção e das exportações agrícolas. O crescimento do agronegócio deve ser acompanhado por políticas e práticas que garantam a proteção do meio ambiente, o respeito aos direitos trabalhistas e a inclusão social dos diversos atores envolvidos na cadeia produtiva. Assim fica evidenciada a proporção do agronegócio brasileiro em escala mundial. De acordo com dados obtidos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Após ter deixado o mapa da fome da ONU em 2014, o Brasil tem convivido com um cenário de crescente insegurança alimentar. Nos últimos meses do ano de 2020, 19 milhões de brasileiros se encontravam em situação de vulnerabilidade alimentar, e mais da metade dos domicílios no país enfrentou algum grau de insegurança alimentar. Os dados são de um estudo nacional realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan, 2022).

Conforme o estudo, o problema tem diversas justificativas, como a inflação que afeta gêneros alimentícios básicos desde o ano passado, o alto índice de desemprego no país e a

defasagem do Bolsa Família na época em questão. Importante ressaltar, entretanto, que o crescimento da fome no Brasil coincidiu com um pico na exportação de gêneros alimentícios.

Em junho de 2021, o agronegócio bateu mais um recorde ao faturar 12,11 bilhões de dólares com a venda de produtos agropecuários para o exterior. A cifra é 25% maior que os 9,69 bilhões de dólares registrados no mesmo mês do ano passado. A marca recorde também fora superada nos meses de abril e maio.

Nessa configuração, o foco do agronegócio está no atendimento da demanda global por commodities, que representam um aumento exponencial de preços. Os resultados expressivos alcançados pelo setor no Brasil se justificam também pela desvalorização do real, que torna os produtos mais competitivos no exterior.

Como uma economia capitalista agrícola globalizada que produz commodities, o agronegócio vende para qualquer mercado que puder comprar. Hoje, a população não consegue comprar arroz porque o compromisso econômico do agronegócio é com o mercado internacional", critica o geógrafo Ricardo Gilson, professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR, 2021).

Para o agrônomo Silvio Porto, ex-diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e professor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), a principal causa do desequilíbrio no preço do arroz foi o aumento extraordinário da demanda internacional.

A maioria dos produtores não tem capacidade de armazenagem, e fica dependente da indústria processadora. Para esse setor, não faz diferença vender internamente ou exportar. Resultado: mais de 13% da safra foi para o exterior, gerando esse efeito interno", explica.

Internamente, no entanto, a participação do agronegócio na garantia da segurança alimentar é limitada. Embora seja responsável pela maior parte da produção de gêneros alimentícios que integram a rotina alimentar das famílias brasileiras, como carne bovina, milho, arroz e trigo, não há reservas destinadas ao mercado nacional.

Ainda que movimentos sociais ligados ao campo afirmem que a agricultura familiar responde por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, o dado é de difícil mensuração, segundo especialistas. Mesmo assim, a importância desse segmento produtivo para a segurança alimentar no país é incontestável.

Dados do Censo Agropecuário 2017-2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a participação da agricultura familiar na geração de receitas no campo foi de 23% do total, percentual inferior aos 38% aferidos pelo mesmo estudo em 2006. Mesmo enfraquecido, o segmento teve contribuição relevante na produção de hortaliças, frutas



e legumes, como alface (64,4%), banana (48,5%) e mandioca (69,6%), além do leite de vaca (64,2%).

Apesar de o aumento da fome tenha relação direta com os efeitos econômicos da pandemia, a situação já vinha se agravando nos últimos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a insegurança alimentar grave estava presente no lar de 10,3 milhões de brasileiros entre 2017 e 2018.

Uma das principais políticas públicas voltadas ao incentivo da agricultura familiar foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A iniciativa consiste no repasse de recursos da União a estados e municípios para a compra de produtos de comunidades tradicionais. Os alimentos comprados são repassados à rede socioassistencial e aos equipamentos de nutrição destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar.

O impacto do PAA foi tamanho que a Organização das Nações Unidas (ONU) o replicou em países africanos. Todavia, junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o PAA vem sofrendo com sucessivos cortes. Das 297 mil toneladas de alimentos comercializadas por meio do programa em 2012, o número despencou para apenas 14 mil toneladas em 2019, primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Atualmente, após a mudança de governo<sup>6</sup>, as estatísticas acerca da fome no Brasil mudaram, com uma queda nos índices de insegurança alimentar. É um avanço notável, porém, deve ser considerado apenas o começo de uma mudança maior e necessária.

No ano de 2023, houveram mudanças que influenciaram na segurança alimentar das pessoas, como a volta do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, após quatro anos suspenso, retorna a partir de decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se de uma parceria entre Governo Federal e Sociedade Civil.

Outra mudança importante para o país foi o retorno do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em 2003 no artigo 19 da Lei nº 10.696/2003. Porém, em 2021, durante o governo do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, o PAA foi substituído pelo Programa Alimenta Brasil.

Em março de 2023, no governo do atual Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, o governo federal relançou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e segundo o

---

6 A mudança de governo refere-se à transição do ex-chefe do Poder Executivo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), para o atual Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (2023 – Atual).

ministro do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, foi destinado orçamento de R\$500 milhões ao projeto.

O PAA incentiva a agricultura familiar com objetivo de contribuir com o acesso à alimentação saudável, e assegurar o atendimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, a partir do consumo dos alimentos produzidos pelas famílias fornecedoras, a fim de promover o abastecimento alimentar.

Importante ressaltar a alteração da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar), com o advento da Lei nº 14.828 de 20/03/2024 para ampliar o âmbito do planejamento e da execução das ações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos.

Com as mudanças ocorridas, ainda é necessário promover políticas públicas voltadas à distribuição de alimento, ao fomento da agricultura familiar e programas voltados à promoção alimentação saudável do povo brasileiro.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho apresentou uma análise sobre a questão da fome e da nutrição adequada no Brasil, destacando a importância de políticas públicas eficazes e da participação de diferentes atores, como o Estado, os pequenos produtores e o agronegócio, na busca por soluções.

A nutrição adequada é reconhecida como fundamental para a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento pleno das pessoas. No entanto, a realidade brasileira apresenta extremos, com a coexistência da fome e do desperdício de alimentos. Para enfrentar esse desafio, a pesquisa ressaltou a necessidade de aumentar a atividade agrícola, incentivar os pequenos produtores e investir na infraestrutura rural, bem como buscar sistemas sustentáveis de produção de alimentos.

Além disso, destacou-se a importância de garantir a circulação e o comércio adequados dos alimentos, de forma a evitar desperdícios e assegurar que os produtos cheguem a quem precisa. O Estado é chamado a desempenhar um papel fundamental na promoção do mínimo existencial, garantindo o direito à vida e à alimentação adequada por meio de políticas públicas éticas e responsáveis.

A pesquisa também enfatizou a relação entre pobreza e exclusão social com a privação de direitos básicos, como o direito à vida, à saúde e à alimentação, ressaltando a importância de abordagens holísticas que considerem não apenas as capacidades econômicas, mas também as sociais e humanas.

Ao final, a perspectiva positiva foi destacada, sugerindo que, com a manutenção das políticas públicas adequadas, a conscientização da população e a participação ativa do setor agrícola, é possível superar o problema da fome no Brasil e garantir a nutrição adequada para toda a população. Essa visão otimista aponta para a necessidade de esforços conjuntos e contínuos para alcançar esse objetivo tão importante.

O presente trabalho demonstrou com dados que a vulnerabilidade e insegurança alimentar no Brasil afronta normas e princípios constitucionais, colocando em risco a saúde da população. A agricultura familiar desempenha um papel crucial na distribuição de alimentos e na promoção de uma alimentação saudável, adequada e suficiente para todos os cidadãos.

No entanto, a produção agropecuária muitas vezes prioriza a exportação em detrimento da distribuição interna de alimentos, o que contribui para a persistência da insegurança alimentar no país, apesar da abundância de alimentos produzidos. Esse foco no lucro através das exportações é apontado como um dos motivos para a falta de alimentação adequada para a população brasileira.

Portanto, a solução para esse problema requer uma mudança de prioridades por parte dos responsáveis pelo agronegócio, bem como a implementação de políticas públicas pelo Estado que visem distribuir renda e alimentos de forma justa, atendendo às necessidades específicas de cada indivíduo e fortalecendo o tecido social. A distribuição interna de alimentos deve ser priorizada, garantindo que a produção agrícola do país beneficie efetivamente a sua população.

## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais. 2021. Serviço Social & Sociedade, n. 143, p. 121–139, abr. 2022.

BAZZOTI, A. COELHO, L. B. Produção de Commodities pela Agricultura Familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao PRONAF. Revista Paranaense de Desenvolvimento, volume 38, 113-129. Julho 2017.

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

BHAT, Zuhaib. KUMAR, Sunil. & FAYAZ, Hina. In vitro meat production: Challenges and benefits over conventional meat production. 2015. Journal of Integrative Agriculture, 14(2), 241-248.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. AGÊNCIA GOV. Exportações do agronegócio fecham 2023 com US\$ 166,55 bilhões em vendas. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2023-com-us-166-55-bilhoes-em-vendas#:~:text=BALAN%C3%87A%20COMERCIAL->>. Acesso em 14 de maio de 2024.

BRAZILLAB. Brasil produziu comida para 1,6 bilhão, mas 33 milhões passam fome. Como? 2022. Disponível em: <<https://brazillab.org.br/noticias/brasil-produziu-comida-para-1-6-bilhao-mas-33-milhoes-passam-fome-como#:~:text=Artigos%20de%20Opini%C3%A3o->>. Acesso em 14 de maio de 2024.

FIOCRUZ. Volta do Consea é tema do Sala de Convidados. 2023. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/volta-do-consea-e-tema-do-sala-de-convidados#:~:text=Compartilhar%3A>>. Acesso em: 20 maio. 2024.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 49–61, 2015. DOI: 10.20396/san.v15i1.1824. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1824>. Acesso em: 15 maio. 2024.

NALIN, Carolina. Fome ainda atinge 8,6 milhões no Brasil. Patamar recua em 5 anos, mas é maior do que há uma década. O Globo. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/25/fome-ainda-atinge-86-milhoes-no-brasil-patamar-recua-em-5-anos-mas-e-maior-do-que-ha-uma-decada.ghtml>>. Acesso em: 20 maio. 2024.

POMAR, Marcos Hermanson. Embrapa diz que agro brasileiro alimenta o mundo; especialistas discordam. O Joio e o trigo. 2021. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/18/agro-brasileiro-alimenta-mundo-embrapa.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SARDINHA, L. M. V., JANUZZI, P. M., CUNHA, J. V. Q., & PINTO, A. R. (2014). Escala Brasileira de Insegurança Alimentar–EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [Internet], 1-15.

SILVA, L. F. S. DA. Comércio exterior do agronegócio: primeiro trimestre de 2024 | Carta de Conjuntura. Ipea. 2024. Disponível em:



<<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/04/comercio-exterior-do-agronegocio-primeiro-trimestre-de-2024/>>. Acesso em: 20 maio. 2024.

SOARES, J. P. A contradição entre recordes no agronegócio e fome no Brasil. 2021.  
Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/12/a-contradicao-entre-recordes-no-agronegocio-e-fome-no-brasil>>. Acesso em: 20 maio. 2024.